

MARILUCE BITTAR

(Coordenadora - UCDB)

MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO

(Vice-coordenadora - UFMG)

**POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO
PERÍODO 2003-2010, E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ACESSO E A
PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES**

Julho – 2012

MARILUCE BITTAR

(Coordenadora - UCDB)

MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO

(Vice-coordenadora - UFMG)

**POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO
PERÍODO 2003-2010, E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ACESSO E A
PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES**

**Projeto de Pesquisa apresentado ao Processo de Seleção
de Projetos para a Chamada Universal - MCTI/CNPq
nº14/2012.**

Julho – 2012

SUMÁRIO

I – Identificação da Proposta	4
II – Justificativa e Relevância da Pesquisa	5
III - Objetivos	9
IV – Contexto da Pesquisa: acesso e permanência na educação superior	10
V – Procedimentos Metodológicos	17
VI– Principais Contribuições Científicas da Proposta	20
VII – Orçamento Detalhado da Proposta	21
VIII – Cronograma Físico-Financeiro	24
IX – Identificação da Equipe de Pesquisadores	27
X – Indicação de Colaborações e Parcerias	29
XI – Disponibilidade de Infra-estrutura e de Apoio Técnico para o Desenvolvimento do Projeto	30
XII - Referências	31

I - IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Título: Políticas de expansão da educação superior, no período 2003-2010, e suas implicações para o acesso e a permanência de estudantes

Equipe - Pesquisadores

Coordenadora - Mariluce Bittar - UCDB-MS

Vice-Coordenadora – Maria do Carmo de Lacerda Peixoto - UFMG

Mato Grosso do Sul

Carina Elisabeth Maciel - UFMS

Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo – UFMS

Eugênia Portela de Siqueira Marques - UFGD

Giselle Cristina Martins Real - UFGD

Mato Grosso

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima - UNEMAT

Maria das Graças Martins da Silva –UFMT

Paulo Alberto dos Santos Vieira - UNEMAT

Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso – UFMT

Paraíba

Edineide Jezine – UFPB

Estudantes

Cezar Augusto da Silva Flores	Mestrando/UFMT/ Bolsista CAPES
Claudia Stapani Ruas	Doutoranda/UCDB
Cleudimara Sanches S. Silva	Mestranda/UCDB/Bolsista IPEA/ANPEd
Débora Juliana N. de Souza	Mestre/UCDB
Eduardo Simon	Mestrando/UFPB
Eloir Ferreira Gonçalves	Graduanda/Bolsista PIBIC/UNEMAT
Fernanda Alexandrina de Almeida	Bolsista PIBIC - UFGD
Gisele Cristina Balbo	Mestranda/UFMT/ Bolsista CAPES
Glória São José	Graduanda/Bolsista PIBIC/UNEMAT
Grazielle Vital da Silveira	Mestranda/UFMT/ Bolsista REUNI/MEC
Jackeline N. Noronha da Luz	Mestranda/UFMT/ Bolsista CAPES
Luciana Gonçalves Duarte	Graduanda/Bolsista PIBIC/UNEMAT
Marcela Maia Silva	Graduanda/Bolsista PIBIC/UNEMAT
Manira Perfeito Ramos da Silva	Mestranda/UFMT
Marina de Fátima	Graduanda/Bolsista PIBIC/UNEMAT
Mariele Nogueira de Oliveira	Graduanda/PIBIC/CNPq/UCDB
Patrícia Simone Nogueira	Mestre/UFMT
Sidinéia Cândida Faria	Doutoranda/FUNDECT/UCDB
Sonia Vivian Jesus	Mestranda/UFMT/ Bolsista CAPES
Suellen Rodrigues de Oliveira	Mestranda/UFMT/ Bolsista CAPES
Rodrigo Souza Oliveira	Graduando/PIBIC/CNPq/UFMT
Valci Aparecida Barbosa	Mestranda/UNEMAT

Valor Total da Proposta – R\$ 58.764,60 - FAIXA B

II - JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Esta proposta apresenta como objeto de pesquisa a análise das *Políticas de Expansão da Educação Superior, no período 2003- 2010, e suas Implicações para o Acesso e a Permanência de Estudantes*. De modo particular, pretende-se investigar de que forma os programas de expansão da educação superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e os programas de ação afirmativa para negros e indígenas nas universidades estaduais, influenciaram no acesso e na permanência de estudantes nesse nível de ensino. Os anos selecionados correspondem aos anos do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, período em que as políticas de inclusão e ampliação do acesso e garantia da permanência tiveram ênfase por parte das ações do Estado.

Tal proposição resulta da experiência acumulada nesse campo de pesquisa de um grupo de pesquisadores de quatro regiões do país: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), Nordeste (Paraíba) e Sudeste (Minas Gerais), vinculados a várias universidades, pertencentes ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT11 - ANPEd). Desde 1993, vários desses pesquisadores reúnem-se em torno da Rede Universitas/Br¹, cuja produção na área da educação superior é uma referência nacional e internacional, fato que potencializa suas pesquisas, análises, produções e ações acadêmicas, bem como suas parcerias acadêmicas, as quais se consolidam em vinte anos de produção científica .

Além disso, é importante ressaltar que parte da Equipe proponente desta pesquisa está vinculada formalmente ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação

¹ A Rede UNIVERSITAS/Br é coordenada nacionalmente pela Professora Dra. Marília Morosini (PUCRS); reúne pesquisadores de todas as regiões brasileiras e de várias universidades: PUCRS, UFRGS, UFMG, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFSCar, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPA, UFMT, UFG UCDB, PUC-Rio, USP, UFRRJ, UFMS, UFPB, UFGD, FURB, entre outras. “A Rede UNIVERSITAS consolida uma rede acadêmica para a pesquisa e a interlocução entre pares que têm em comum a área de conhecimento educação superior. Congrega pesquisadores do GT Política de Educação Superior da ANPEd e tem como um dos seus objetivos selecionar, organizar, disponibilizar à comunidade e avaliar a produção científica sobre educação superior no Brasil a partir de 1968”. Atualmente a Rede Universitas/Br desenvolve o projeto integrado “Política de Expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB”, coordenado nacionalmente pela Prof^a Dra. Deise Mancebo (UERJ), ao qual se vincula esta proposta de pesquisa. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>>. [Acesso em 29 de junho de 2012].

Superior (GEPPEs)², que no ano de 2012 está completando 13 (treze) anos de funcionamento, consistindo numa referência não somente na região Centro-Oeste, como no Brasil e em alguns países da América Latina³.

O desenvolvimento de vários projetos de pesquisa relacionados às políticas públicas de educação superior no Brasil impulsionou o processo de consolidação do GEPPEs, não apenas em Mato Grosso do Sul, como também na Região Centro-Oeste. Podem ser citadas as seguintes pesquisas, nesse sentido: a) Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior na Região Centro-Oeste – as marcas da mercantilização do ensino; b) Avaliação institucional e os desafios para a construção de uma educação superior democrática; c) Política de cotas para negros na educação superior – estratégia de acesso e permanência?; d) Ensino Noturno – acesso e democratização da educação superior; e) Acesso e permanência – desafios para a democratização da educação superior no Brasil; f) Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996. Este último faz parte de um projeto mais amplo da Rede Universitas/Br, intitulado *Política de Expansão da Educação Superior no Brasil – pós-LDB/1996*, desenvolvido desde 2010, por cerca de 90 (noventa) pesquisadores de várias universidades brasileiras, que se encontra em processo avaliação, visando a direcionar novos focos de pesquisa.

² O GEPPEs está cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq: (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=288270817EOZNM>) e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sob a coordenação da Prof^a Mariluce Bittar. Ao longo de treze anos de funcionamento, acumulou significativa experiência no desenvolvimento de pesquisas relacionadas às políticas de educação superior, tornando-se referência nessa área de pesquisa na Região Centro-Oeste e no país. Mais informações podem ser obtidas no site: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogeppe/index.php>

³ Em 2008 o GEPPEs iniciou sua inserção internacional, com a participação direta de sua Coordenadora, no Projeto Interinstitucional “Producción y uso de conocimientos en educación en América Latina”, organizado pelo Núcleo de Estudios sobre Conocimiento y Política en Educación (NICPE), vinculado à Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, na Argentina, que pode ser acessado no seguinte endereço: <http://www.nicpe.org/>. Esse Projeto envolve pesquisadores de países da América Latina: México, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil; no Brasil estão envolvidas as seguintes IES: UCDB, PUCRS e UFSCar. A Coordenadora do GEPPEs também participou do projeto que resultou no Seminário Taller Internacional de Evaluación y Acreditación - Aportes para pensar la Educación Superior del Ecuador, realizado em Quito, Equador, envolvendo os seguintes países: México, Argentina, Brasil, Equador e Bélgica.

O projeto de pesquisa ora apresentado, pretende dar continuidade à pesquisa intitulada "Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996", que obteve o apoio do CNPq, no Edital Universal 14/2009. Sua continuidade justifica-se pois o grupo redefiniu seus objetivos, de modo a desenvolver, nos próximos anos, estudos dos programas específicos de ampliação do acesso e da permanência na educação superior. O grupo pretende, nessa nova fase da pesquisa, empreender estudos de caso, isto é, de universidades que implementaram os programas de expansão do acesso e da permanência na educação superior, como o PROUNI, implantado desde 2004, o REUNI, criado em 2007, e as ações afirmativas, implementadas especialmente nas universidades estaduais, no sentido de identificar quais as mudanças ocorridas nessas universidades em função da implantação dos programas, qual o perfil dos estudantes participantes e o que significou, para eles, o acesso e a permanência num curso superior.

Ressalta-se, portanto, que a intenção é de abranger a diversidade institucional que compõe o sistema de educação superior no Brasil, isto é, estudos específicos desses programas nas IES Federais, nas IES Estaduais e nas IES privadas (com finalidade lucrativas e sem finalidade lucrativa), para que os resultados possam expressar, efetivamente, o significado dessas ações no âmbito das políticas de expansão da educação superior no Brasil.

É necessário destacar, ainda, que outra razão que atesta a relevância e a importância do desenvolvimento desta pesquisa, consiste no fato de congregarem pesquisadores que já pertencem à Rede Universitas/Br, mas também desenvolveram autonomia intelectual própria em seus grupos de pesquisa, a exemplo do GEPPEs, bem como no GT Política de Educação Superior da ANPEd, que reúne pesquisadores nacionais e internacionais na área da educação superior. Nesse sentido, ao representarem quatro regiões brasileiras, esses pesquisadores intentam ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Educação nas universidades em que atuam.

Em síntese, a relevância da pesquisa que ora se apresenta, além dos aspectos anteriormente mencionados, fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a) por serem mais recentes, especialmente dos anos 1990 em diante, as políticas de acesso e permanência na educação superior necessitam ser mais aprofundadas e exploradas do ponto de vista científico no sentido de se analisar seus efetivos impactos, incluindo o

aumento da taxa escolarização líquida dos brasileiros e na inclusão de jovens que não conseguem ter acesso a esse nível de ensino;

b) a proposta possui caráter descentralizador e fortalecedor da pesquisa no campo da educação superior, pois reúne pesquisadores de três regiões e quatro estados brasileiros: a) região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso); b) região Nordeste (Paraíba) e a região Sudeste (Minas Gerais);

c) o Projeto reúne pesquisadores de várias universidades brasileiras que necessitam de incentivo para consolidar suas pesquisas e, em consequência, fortalecer seus Programas de Pós-Graduação em Educação a saber: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A Universidade Federal de Minas Gerais, ao integrar a equipe de pesquisadores e contar com um dos três Programas de Pós-graduação mais consolidados do País, com nota 7 (sete) na avaliação da CAPES, exerce uma posição de liderança no Projeto, posto que possui experiência reconhecida nesse campo de pesquisa. Nesse aspecto, as Universidades que compõem este projeto pretendem viabilizar ações de parceria e solidariedade entre os Programas mais fortalecidos e consolidados com aqueles que se encontram em processo de ampliação e consolidação.

III – OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral:

- Analisar as implicações das políticas de expansão da educação superior para o acesso e a permanência dos estudantes nesse nível de ensino.

3.2 – Objetivos Específicos

- Investigar alterações no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados em IES privadas com e sem finalidade lucrativa⁴ que participam do Prouni;

⁴ Utiliza-se o termo "com finalidade lucrativa" para designar instituições de caráter "comercial" ou empresarial. Para essas IES a educação é um negócio e os alunos são os clientes, portanto, potencial consumidores. Com relação às IES "sem finalidade lucrativa" designa-se aquelas denominadas "comunitárias/confessionais/filantrópicas", de acordo com o artigo 213 da Constituição Brasileira de 1988.

- Investigar alterações no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados em IES públicas federais que participam do Reuni;
- Investigar alterações no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados em IES públicas estaduais que participam de programas de ações afirmativas.

IV – Contexto da Pesquisa: acesso e permanência no âmbito das políticas de expansão da educação superior

O Brasil construiu nas últimas quatro décadas um parque universitário público de elevada qualidade, que se destaca de modo particular quando comparado ao de países com estágios de desenvolvimento econômico e social similares. Na América Latina, em especial, nenhum país alcançou padrão comparável ao do sistema público brasileiro de educação superior. É preciso observar, no entanto, que o País apresenta taxas líquida e bruta de matrículas muito baixas, em comparação com outros países em que o sistema de ensino superior encontra-se organizado.

Além de esse fato constituir um padrão divergente de organização desse nível de ensino, em relação ao que se faz presente em grande parte dos países onde a educação superior está estruturada, quando isso ocorre num país marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, como é o caso brasileiro, o resultado é um sistema com um potencial elevado de exclusão social. A seletividade existente no acesso ao ensino superior brasileiro resulta, em parte, também da forma como se faz a oferta de matrículas. De acordo com o que foi proposto na Lei nº.10.172 de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), até 2011 esta relação deveria ser alterada de modo a atingir 40% da matrícula na rede pública, mas os dados indicam que esta meta não foi alcançada. Um dos aspectos que deve ser levado em consideração nesse contexto é que, apesar de estarem em desenvolvimento as políticas públicas que induzem à expansão do acesso, pode-se afirmar que a educação superior brasileira continua elitista e excludente.

A preocupação em ampliar o acesso à educação superior adquiriu maior ênfase na Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo promover o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Com relação ao acesso e à oferta de cursos no período noturno, o artigo 208 explicita: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante **a garantia** de [...] **acesso aos níveis**

mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística [...]; **oferta de ensino noturno regular** [...].” (BRASIL, 1988, p. 120, grifos nossos).

Percebe-se que a Constituição Federal, por ser mais genérica, não especifica de que forma deve ocorrer essa “garantia de acesso” e nem a “oferta de ensino noturno regular”; também não há menção a programas de permanência dos estudantes nos variados níveis de ensino, fato que se repetirá na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.9394). Esta, por sua vez, menciona, em seu artigo 4º que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a **garantia de acesso** aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística [...]; **oferta de ensino noturno regular** [...]; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, **garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola**. (LDB, 1996, p. 8, grifos nossos).

Na LDB, portanto, pode-se vislumbrar a preocupação do legislador com as “condições de acesso e permanência na escola”; no entanto, as políticas educacionais formuladas no âmbito dos governos neoliberais continuam enfatizando a necessidade de ampliação do acesso do estudante a todos os níveis de ensino, sem mencionarem as condições para a sua permanência e conclusão dos cursos em que estão matriculados. Em outras palavras significa afirmar que essas políticas estimularam e apoiaram a expansão desenfreada da educação superior privada, apoiada pelo Estado, respaldando-se na idéia de que o mercado regularia a oferta e a procura desse nível de ensino.

Essa ausência relativa a programas de permanência reflete-se também no Plano Nacional de Educação (2001), que menciona a necessidade de expansão de vagas na educação superior, com ênfase no setor público:

Deve-se assegurar [...], portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total. [...] Ressalte-se a importância **da expansão de vagas no período noturno**, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que **assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade** a que **têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno**. (BRASIL, 2001, p. 97, grifos nossos).

Nota-se que no Plano Nacional de Educação aparece explicitamente a expressão “aluno-trabalhador”, com a preocupação de que a educação a ele oferecida tenha a mesma qualidade daquela ministrada aos estudantes do turno diurno, reforçando, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Algumas alternativas de políticas visando à produção de mecanismos que favoreçam o acesso de estudantes provenientes de camadas mais pobres da população e de segmentos sociais com reduzida participação nesse nível de ensino vêm sendo formuladas e implementadas, quer no nível do Estado, quer no de algumas instituições de ensino superior. Maior diversificação na distribuição e localização de instituições, e a priorização de características sociais e étnicas nos vestibulares são as suas principais marcas. Entre elas encontram-se a abertura de universidades e de unidades acadêmicas em regiões mais pobres, a concessão de bônus na pontuação obtida no vestibular, a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e para negros e indígenas, e a expansão de vagas no turno noturno.

Além disso, há que se registrar, também, a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), ambos programas do governo federal, que visam à manutenção, permanência e conclusão de cursos superiores. No conjunto das universidades federais, desenvolve-se, também, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que enfatiza a ampliação da oferta de vagas no turno noturno.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual propunha, entre outros aspectos, a priorização da educação superior, com destaque à expansão da oferta de vagas. O REUNI foi apresentado como um programa de defesa da universidade pública, cuja finalidade era “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007, Art. 1º).

O Decreto nº 6.096/2007 estabelecia metas em relação à taxa de concluintes e à relação professor aluno; já as diretrizes foram elencadas nos seguintes termos, de acordo com o artigo 2º do Decreto:

- I. redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

- II. ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III. revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV. diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V. ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI. articulação da graduação e pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007).

Um balanço sintético da resposta das universidades federais ao programa mostra que, em 2007, das 54 existentes, 42 aderiram à primeira chamada realizada pelo governo, sendo que somente 11 direcionaram-se para a segunda chamada, cuja execução ocorreria no segundo semestre de 2008. Ao final de 2007, todas as universidades apresentaram seus projetos de expansão e reestruturação ao MEC, com a necessária aprovação dos seus órgãos colegiados superiores, o que mostra a repercussão do Programa no quadro de tais instituições.

Esta pesquisa, portanto, focalizará o estudo dos programas de acesso e permanência na educação superior, especialmente após os anos 1990, pois é a partir dessa década que as políticas de caráter neoliberal são implementadas com maior ênfase nos países da América Latina. Mas, a ênfase da pesquisa ocorrerá na análise do período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando esses programas foram implantados e as políticas de inclusão nesse nível de ensino consistiram em preocupação tanto do governo e da sociedade política, quanto dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Na sociedade brasileira, bem como nos países da América Latina, as políticas de orientação neoliberal aprofundaram as desigualdades estruturais existentes, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, cultural e educacional. A desobrigação do Estado com as políticas sociais, ou seja, com a garantia de serviços essenciais básicos, como saúde, educação, trabalho, entre outros, deu margem para que a iniciativa privada ocupasse espaços cada vez mais amplos na vida das pessoas; esses serviços passaram a ser oferecidos por empresas capitalistas preocupadas em comercializar seus produtos num mercado competitivo que tem por objetivo primeiro a satisfação das necessidades individuais.

No contexto da educação superior podem-se identificar os sintomas do neoliberalismo na expansão acelerada do ensino privado; na heterogeneidade e diversificação das Instituições de Educação Superior; na oferta e ampliação do ensino a distância, na ampliação da oferta de cursos noturnos, entre outras características.

Constata-se, por exemplo, que programas oficiais de estímulo e ampliação do acesso em diferentes perspectivas (ensino noturno, ações afirmativas, educação a distância) começam a aparecer com maior ênfase nas políticas governamentais, especialmente após a aprovação da LDB, de 1996, com a intenção de democratizar o acesso à educação superior.

Nessa direção, o documento “Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise” do IPEA (2007), afirma que o grande “desafio neste nível de ensino é a democratização do acesso” e que essa democratização “pressupõe não apenas a oferta de vagas, mas também a viabilidade de preenchimento pelos potenciais demandantes”

Para a efetiva democratização, além disso, são necessárias políticas que favoreçam não só a permanência nos cursos de graduação, bem como a sua manutenção. Programas pontuais e focalizados ou “compensatórios” são importantes, pois contribuem para esses dois fatores: manutenção e permanência. No entanto, são necessárias políticas de Estado que se constituam como direitos assegurados aos jovens que não conseguem, por seu esforço individual, como preconizam as políticas neoliberais, ter acesso a um curso superior. Colocar no jovem a responsabilidade de enfrentar individualmente a difícil corrida pelo acesso a uma vaga, especialmente pública, é deixar de reconhecer as contradições inerentes à sociedade desigual e excludente, como a brasileira, que figura entre os países da América Latina com um dos mais baixos índices de desenvolvimento educacional. Conforme Relatório da UNESCO, o Brasil apresenta índice de 0,901, abaixo de vários países da América Latina, como por exemplo, Argentina (0,979), Chile (0,969), Uruguai (0,948), Venezuela (0,931), Equador (0,917), Bolívia (0,913) e Paraguai (0,902). (UNESCO. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular>)

A intensificação da implementação de iniciativas voltadas para a ampliação da inclusão social na educação superior tem carecido, contudo, de um exercício sistemático de reflexão sobre a matéria, tanto nos seus fundamentos teóricos e metodológicos quanto na avaliação das experiências em curso. Desse modo, algumas questões deverão ser levadas em consideração, neste Projeto de Pesquisa, no que se refere às políticas de expansão do acesso na educação superior: a) as diferenças raciais e sociais de acesso a esse nível de

ensino; b) a diversidade e a heterogeneidade institucional e o modo como as IES estão implementando tais políticas; c) a mediação/contradição entre políticas focais e políticas universais e o alcance dessas políticas na educação superior; e) os impactos dessas políticas no sentido de se atingir metas estabelecidas pelos próprios governos, como, por exemplo, o aumento da taxa de escolarização.

V - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente proposta de pesquisa pretende fazer uso tanto de abordagens quantitativas quanto das qualitativas, dependendo das necessidades decorrentes do projeto e de suas fases de investigação. Serão utilizados os microdados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), dados do IBGE, além de análises de documentos e da legislação da educação superior no Brasil, dentre outros procedimentos apropriados ao estudo da temática. As fases e os procedimentos metodológicos previstos para o desenvolvimento desta pesquisa, podem ser assim sintetizados:

a) **revisão da literatura da temática de estudo**, que compreenderá a classificação e organização de fontes bibliográficas (livros, periódicos, entre outros) relacionadas mais diretamente aos programas de acesso e de permanência na educação superior, sobretudo textos que analisam o PROUNI, o REUNI e as ações afirmativas na educação superior. A equipe de pesquisadores pretende complementar o quadro de produção científica elaborado nos primeiros anos da pesquisa, fase que se denomina “estado da arte” ou "estado do conhecimento", necessária à compreensão mais aproximada do objeto de pesquisa.

b) **Levantamento e análise de dados estatísticos** provenientes dos Censos da Educação Superior disponibilizados no Banco de Dados do INEP; especialmente os microdados, que permitirão a identificação mais detalhada de dados relacionados à expansão de matrículas, cursos, IES, gênero, capital e interior, áreas de conhecimento, entre outros, serão de fundamental importância para se compreender as demandas relativas ao acesso e à permanência de jovens a esse nível de ensino. Nesse caso, os dados estatísticos devem ser compreendidos não apenas na direção da verificação quantitativa de determinada realidade da educação superior, mas sim como indicativo das lacunas que devem ser suprimidas ou enfrentadas pelas políticas públicas de educação superior no Brasil.

c) levantamento e análise de fontes documentais e dispositivos legais, relacionados ao PROUNI, ao REUNI e às ações afirmativas, entre outras.

d) estudos de caso de universidades selecionadas de acordo com critérios que contemplem os objetivos específicos, isto é, IES públicas federais; IES públicas estaduais e IES privadas com e sem finalidade lucrativa. Para essa fase a equipe de pesquisadores utilizará todo o material selecionado e analisado nas fases anteriores, somados aos dados específicos das instituições analisadas. A escolha dessas instituições será realizada após o primeiro ano da pesquisa, quando a equipe terá mais propriedade sobre as características de cada Programa, suas exigências, critérios de seleção, entre outros. Definir essas instituições nesse momento, seria uma atitude prematura por parte dos proponentes, pois não se tem a apreensão real da complexidade do fenômeno a ser pesquisado

VI – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA PROPOSTA

Os pesquisadores reunidos em torno desta proposta de pesquisa, baseados em sua experiência na pesquisa em políticas de educação superior e, pautando-se na experiência acumulada no GEPPEs, na Rede Universitas/Br e no GT Política de Educação Superior da ANPEd, esperam, com a realização desta pesquisa, contribuir para:

a) a compreensão dos programas de acesso e permanência implementados no Brasil, no âmbito das políticas de expansão da educação superior, em especial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de contribuir com subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de Estado que visem a enfrentar o enorme desafio de incluir maior número de jovens nesse nível de ensino;

b) a descentralização da pesquisa no Brasil por meio da criação e/ou consolidação de novos grupos de pesquisa na área da educação superior e dos Programas de Pós-Graduação na Região Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, que compõem a presente proposta;

c) a formação de novos pesquisadores nos diferentes estágios de formação: graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado;

c) implementação e consolidação de pesquisas sobre política de educação superior, especialmente nas regiões brasileiras que sofrem com os processos de exclusão de segmentos significativos da população brasileira desse nível de ensino.

A equipe pretende também, ao divulgar e socializar os resultados parciais e finais da pesquisa: a) oferecer maior visibilidade à questão do acesso, permanência e sucesso na

educação superior; b) viabilizar a socialização, divulgação e intercâmbio de documentos sobre a temática, ampliando a produção de conhecimentos na área; c) intensificar o intercâmbio com grupos de pesquisa ou rede de pesquisadores da América Latina que desenvolvem ações e pesquisas no campo da educação superior; d) promover e/ou participar de simpósios, congressos, seminários, encontros, reuniões científicas, cursos de atualização e convênios com entidades e grupos nacionais e internacionais, sobre a temática; e) divulgar e debater os resultados da pesquisa, por meio de publicações coletivas, além de participar e apresentar os resultados em eventos científicos da área, nacionais e internacionais.

VII - ORÇAMENTO DETALHADO DA PROPOSTA

ITENS DE DISPÊNDIO	R\$	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Material bibliográfico	R\$ 5.000,00	Livros e periódicos da área da educação superior e áreas afins	O material bibliográfico será utilizado como fonte de consulta e como apoio teórico indispensável para análises dos dados da pesquisa
Custeio	R\$ 11.000,00	Pen-drive, papel sulfite, pastas, CDs, cartuchos e demais materiais de suporte para o desenvolvimento de todas as fases da pesquisa. Esses materiais serão disponibilizados para todos os membros da equipe, para que possam ter condições materiais de desenvolver a pesquisa em seus estados e regiões.	O material de consumo possibilita a edição, elaboração e armazenamento dos dados, bem como reproduzi-los e socializá-los por meio digital e impresso. O valor solicitado é indispensável para subsidiar as equipes dos estados componentes da pesquisa.
Diárias	R\$ 6.010,56	32 diárias	No desenvolvimento da pesquisa serão realizados dois Seminários Integradores, com a presença de toda a equipe. As diárias serão necessárias para custear as despesas dos 8 (oito) pesquisadores-doutores, residentes em outros estados ou municípios de MS, tendo em vista que os Seminários serão realizados na UCDB-MS. Foram previstas, para tal fim, duas diárias para despesas com hospedagem e

			alimentação durante, para cada um desses oito integrantes.
Passagens	R\$ 13.454,04	<p>2 passagens aéreas de: CNF x CGR x CNF</p> <p>2 passagens aéreas de: JPA x CGR x JPA</p> <p>8 passagens aéreas de: CGB x CGR x CGB</p> <p>4 passagens rodoviárias de: Dourados x CGR x Dourados</p>	<p>As 12 (doze) passagens aéreas se destinam a integrantes do projeto que participarão de dois Seminários Integradores, em Campo Grande e que residem fora do estado de MS.</p> <p>As 4 (quatro) passagens rodoviárias são para duas pesquisadoras que residem em Dourados/MS.</p>
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.300,00	<p>2 notebooks - R\$5.000,00 a unidade</p> <p>2 computadores com monitor - R\$3.000,00 a unidade</p> <p>1 impressora - R\$ 2.500,00</p> <p>1 data show - R\$3.000,00</p> <p>1 máquina fotográfica R\$800,00</p> <p>2 HD externo R\$500,00 a unidade</p>	<p>Tendo em vista que a coordenadora e a vice-coordenadora do Projeto residem em estados distintos, 2 (dois) notebooks serão necessários para o desenvolvimento da pesquisa e armazenamento de dados das equipes de estados componentes da pesquisa. Os 2 (dois) computadores com monitor e a impressora, serão destinados à equipe que desenvolverá o apoio na Instituição Executora da pesquisa, na qual também deverá permanecer a impressora. A máquina fotográfica será utilizada para registrar as atividades do grupo, com intuito de divulgar tais ações na mídia e no site do GEPPE. O “data show” será utilizado sempre que integrantes do projeto se reunirem para discutir, analisar e reorganizar os resultados da pesquisa. Todo esse material, finda a pesquisa, será destinado como patrimônio da IES executora.</p>
Total	R\$ 58.764,60		

VIII – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ATIVIDADES	1º ANO										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Levantamento bibliográfico inicial	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX						
Compra de material permanente (todo), de consumo (parcial) e bibliográfico. Permanente-R\$ 23.300,00; Consumo-R\$ 3.000,00; Material bibliográfico-R\$ 5.000,00	XXX	XXX			XXX	XXX					
Reunião da equipe de pesquisadores pelo ambiente virtual			XXX						XXX		
Classificação e organização de fontes bibliográficas (livros, periódicos, entre outros) relacionadas mais diretamente aos programas de acesso e permanência na educação superior – “estado da arte” Estudo das categorias de análise com base no estudo desse material			XXX								
Levantamento, categorização e análise da produção científica sobre políticas de expansão, em especial sobre o PROUNI, REUNI e ações afirmativas, no GT Política de Educação Superior da ANPED e nos principais periódicos da área da educação (qualis A1 e A2) Complementação aprofundamento do estado do conhecimento sobre a temática					XXX	XXX	XXX	XXX	XXX		
Aquisição de parte do material de consumo-R\$ 2.000,00								XXX	XXX		
Levantamento, organização e análise de dados estatísticos relativos à expansão da educação superior no Brasil, focalizando dados de acesso e permanência nos microdados do INEP/MEC.										XXX	XXX
Elaboração de Relatórios Parciais						XXX					XXX
Apresentação de resultados parciais em eventos científicos da área									XXX	XXX	
Elaboração de artigos científicos para publicação										XXX	XXX

ATIVIDADES	2º ANO										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Aquisição de parte do material de consumo-R\$ 3.000,00	XXX	XXX	XXX	XXX							
Análise de fontes documentais relativas aos programas estudados na pesquisa: PROUNI, REUNI e ações afirmativas		XXX	XXX	XXX	XXX						
Discussão sobre os encaminhamentos metodológicos necessários para o início dos estudos de caso				XXX	XXX	XXX	XXX	XXX			
Análise e cruzamento dos dados coletados: estatísticos, documentais, legislação e "estado da arte", para fundamentar os estudos de caso.						XXX	XXX	XXX			
Aquisição das passagens para o Seminário Integrador I, em Campo Grande – MS Passagens-R\$ 6.727,02					XXX						
Pagamento das diárias para os pesquisadores da Equipe Diárias-R\$ 3.005,28							XXX				
Seminário Integrador I da equipe e socialização dos resultados parciais da pesquisa à comunidade, pesquisadores convidados e estudantes de graduação e pós-graduação							XXX				
Finalização do delineamento dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento dos estudos de caso							XXX	XXX			
Início dos estudos de caso nas universidades selecionadas									XXX	XXX	XXX
Elaboração de Relatórios Parciais.						XXX				XXX	XXX
Apresentação e divulgação de resultados parciais em eventos científicos da área da educação.					XXX		XXX		XXX	XXX	
Elaboração de artigos científicos para publicação									XXX	XXX	XXX

ATIVIDADES	3º ANO										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Aquisição do restante do material de consumo-R\$ 3.000,00	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX						
Continuidade dos estudos de caso	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX				
Aquisição das passagens para o Seminário Integrador II, em Campo Grande – MS Passagens-R\$ 6.727,02							XXX				
Pagamento das diárias para os pesquisadores da Equipe Diárias-R\$ 3.005,28								XXX			
Seminário Integrador II da Equipe e socialização dos resultados da pesquisa à comunidade, pesquisadores convidados e estudantes de graduação e pós-graduação								XXX			
Finalização dos estudos de caso								XXX	XXX	XXX	
Elaboração de Relatórios Finais										XXX	XXX
Apresentação de resultados finais em eventos científicos da área									XXX	XXX	
Elaboração de artigos científicos para publicação										XXX	XXX

IX- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISADORES

NOME	IES	FUNÇÃO
Mariluce Bittar (Dra. em Educação; Coordenadora do GEPPEs- UCDB; Professora da UCDB)	UCDB	Coordenadora – responsável pela coordenação e acompanhamento do desenvolvimento de todas as fases da pesquisa, bem como pelo envio de informações ao CNPq (relatórios e prestação de contas dos recursos solicitados)
Maria do Carmo Lacerda Peixoto (Dra. em Educação; Professora e Diretora de Avaliação Institucional da UFMG)	UFMG	Vice-coordenadora – responsável pela colaboração e acompanhamento direto de todas as atividades e tarefas inerentes à coordenação da pesquisa.
Carina Elisabeth Maciel (Dra. em Educação; Vice- coordenadora do GEPPEs; Professora da UFMS)	UFMS	Pesquisadora – acompanhamento da utilização dos recursos financeiros; e responsável mais direta pela equipe de pesquisadores de Mato Grosso do Sul; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo (Dra. em Educação; pesquisadora do GEPPEs, professora da UFMS)	UFMS	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Maria das Graças Martins da Silva (Dra. em Educação; pesquisadora do GEPPEs; Professora da UFMT)	UFMT	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso (Dra. em Educação; Membro do GEPPEs; Professora da UFMT)	UFMT	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Edineide Jezine (Dra. em Sociologia; Professora da UFPB)	UFPB	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Giselle Cristina Martins Real (Dra. em Educação; pesquisadora do GEPPEs;	UFGD	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); responsável pela

Professora da UFGD)		elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Eugênia Portela de Siqueira Marques (Dra. em Educação, pesquisadora do GEPPES, professora da UFGD)	UFGD	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Elizeth Gonzaga dos Santos Lima - UNEMAT	UNEMAT	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Paulo Alberto dos Santos Vieira - UNEMAT	UNEMAT	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Doutorandos, Mestrandos e alunos de Iniciação Científica	Todas as IES	Todos os alunos estão inseridos nas atividades previstas para seus orientadores, portanto, colaborando em todas as fases da pesquisa.
Bolsista de Apoio Técnico		Responsável pelo acompanhamento de todas as fases de desenvolvimento do projeto (solicitação do Bolsista, em anexo)

Os pesquisadores (doutores) deverão absorver seus orientandos de pós-graduação e de graduação localmente, potencializando, assim, a capacidade de coleta de dados e as análises decorrentes, fortalecendo, dessa forma, os próprios grupos de pesquisa institucionais.

Além de contatos virtuais permanentes, de divulgação e troca de relatórios parciais, pretende-se organizar encontros presenciais durante as reuniões anuais da ANPEd, nos Seminários Nacionais Universitas/Br, além da organização de dois Seminários Integradores, específicos deste Projeto de Pesquisa, com o objetivo de reunir toda a equipe, socializar os resultados da pesquisa e trocar experiência dos processos inerentes a todas as fases metodológicas. Deve-se destacar que os Seminários proporcionarão, além da discussão da temática central desta proposta de pesquisa, a participação de outros estudantes e pesquisadores interessados na pesquisa.

X - INDICAÇÃO DE COLABORAÇÕES E PARCERIAS

Conforme descrito ao longo deste Projeto de Pesquisa, diversas ações de parceria e colaboração foram implementadas nos primeiros anos da pesquisa, com a possibilidade de intensificar outras parcerias entre as universidades participantes destacando-se, entre outras:

- Efetivo intercâmbio entre os membros da equipe, não apenas no desenvolvimento da pesquisa, mas também na participação de Bancas de Mestrado e Doutorado; em colóquios e conferências realizadas em cada uma das IES participantes da pesquisa;
- Parceria entre os Grupos de Pesquisa e implementação de ações mais consistentes para futuras pesquisas; destaca-se o intercâmbio entre o GT Política de Educação Superior da ANPEd, a Rede Universitas/Br, o GEPPEMS-MS, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GEPDES/UFMT) e os Grupos de Pesquisas sobre Políticas Educacionais da UFMG e da UFPB;
- Efetiva troca de experiência no que diz respeito à consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades participantes da pesquisa, em especial aquelas que possuem programas em estágio de consolidação, como a UNEMAT e a UFGD, que possuem apenas o Mestrado em Educação;
- Parceria no que diz respeito às publicações, tanto na forma de coletâneas, como na forma de Dossiês Temáticos a serem organizados e publicados nos periódicos da área da educação dessas IES, por meio de suas Editoras, como a Série-Estudos, da UCDB, a Revista de Educação Pública, da UFMT, a Educação em Revista, da UFMG, a Revista Educação em Fronteiras, da UFGD e a Revista da Faculdade de Educação, da UNEMAT.

XI – DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA E DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Instituição executora da pesquisa, Universidade Católica Dom Bosco, caracteriza-se como IES comunitária, confessional e filantrópica, portanto, sem fins lucrativos. É uma Instituição de longa tradição na oferta da educação superior em Mato Grosso e, posteriormente, com a divisão do estado, em Mato Grosso do Sul. Os padres salesianos

foram os primeiros a instalarem um curso de nível superior na região do antigo estado de Mato Grosso, no ano de 1962. Transformada pelo Ministério da Educação, pela via do reconhecimento, em Universidade, em 1993, a UCDB acumula meio século de experiência na educação superior, formando gerações de jovens provenientes de todas as regiões do Brasil.

A UCDB possui aproximadamente 10.000 (dez mil) alunos matriculados em seus cursos de graduação; em torno de 1.500 (hum mil e quinhentos) em cursos de especialização e aproximadamente 190 (cento e noventa) em seus 5 (cinco) Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, todos recomendados pela CAPES.

A infraestrutura da Universidade possui nota A pelo MEC, oferecendo a mais completa Biblioteca do estado de Mato Grosso do Sul, laboratórios, salas equipadas e espaços suficiente e necessário para o funcionamento de todas as atividades de graduação, pós-graduação e extensão. O GEPPEP, Grupo de Pesquisa instalado no mesmo espaço físico do PPGE-Educação, possui sala própria, compartilhada pelos outros grupos de pesquisa do Programa, com condições de atender as necessidades dos pesquisadores desta proposta que ora se encaminha para o CNPq.

Enfatiza-se que, embora apresente excelente infraestrutura, a UCDB nem sempre consegue atender todas as necessidades dos pesquisadores no que diz respeito ao fornecimento de computadores e data show, razão pela qual esses materiais permanentes estão sendo solicitados.

XII – REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. [Acesso em: 29 jul.2012].

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. [Acesso em: 29 jul.2012]

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. [Acesso em: 31jul. 2012].

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 1996 a 2007**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. [Acesso em: 10 jun. 2012].

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. [Acesso em: 31 jul. 2012].

CARR, E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

POPKEWITZ, T. S. **Sociologia política de las reformas educativas**. Madrid: Morata, 1994.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. A Educação Superior no Brasil: Panorama Geral. In: **Educação Superior Brasileira: 1991 – 2004**. Brasília: INEP/MEC, 2006. p. 21 – 22

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESP: HUCITEC, 2005.

UNESCO-IESALC. **Expansion de la Educacion Superior em la América Latina**. 2006. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/pruebaobservatorio/boletinNo118.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

IPEA. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise**. Brasília, n.14, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps14_completo.pdf. [Acesso em: 30/06/2012].